

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA

POLIANA PEREIRA SALGADO

**HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: O ENSINO NA UFT
DE MIRACEMA**

MIRACEMA DO TOCANTINS – TO
2019

POLIANA PEREIRA SALGADO

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: O ENSINO NA UFT DE
MIRACEMA

Monografia apresentada como requisito parcial de avaliação para Conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins sob a orientação do Professor Dr. Francisco Gonçalves Filho.

MIRACEMA DO TOCANTINS –TO

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

S164h Salgado, Poliana Pereira.
História e cultura afro-brasileira e indígena: o ensino na UFT de
Miracema . / Poliana Pereira Salgado. – Miracema, TO, 2019.
42 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2019.
Orientador: Francisco Gonçalves Filho

1. África. 2. Indígenas. 3. Afro-brasileiros. 4. Capoeira - Formação
Continuada. . I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

POLIANA PEREIRA SALGADO

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: O ENSINO NA UFT DE
MIRACEMA

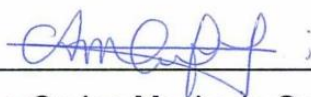
Monografia foi avaliada e apresentada à
UFT – Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus de Miracema, Curso de
Pedagogia, para obtenção do título de
Licenciada e aprovada em sua forma final
pelo Orientador e pela Banca
Examinadora.

Data de Aprovação 28/11/2019.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho, Orientador, UFT



Prof.ª Dr.ª Ana Corina Machado Spada, Examinadora, UFT



Prof.ª Dr.ª Brigitte Ursula Stach Haertel, Examinadora, UFT

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me guiar até aqui e me abençoar com essa vitória que tanto sonhei e hoje me sinto realizada, também por nunca me deixar faltar forças para continuar.

À minha família, que sempre estiveram ao meu lado.

Ao meu orientador, professor Dr. Francisco Gonçalves Filho, pela paciência, e por ser um exemplo de empenho e dedicação, entendendo as dificuldades do outro sem desistir de auxiliá-lo.

Aos membros da banca examinadora que aceitaram o exame deste trabalho e me motivaram na conclusão deste trabalho: Prof. Dra. Ana Corina Spada e Prof. Dra. Brigitte Úrsula; bem como ao prof. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento, membro do NEAF/UFT Miracema que vem dialogando com o campo da cultura afro-brasileira e aceitou dar suas contribuições a este trabalho, mesmo na condição de suplente da banca examinadora. Muito obrigado.

Aos colegas de trabalho e alunos (as), pela amizade e companheirismo na tarefa de educar e aprender constantemente em formação permanente.

Aos alunos da turma de educação física, turma de 2018.2, na disciplina de História e Cultura afro-brasileira e indígena, por acreditarem em meu estudo e torcerem para este momento de exposição. Muito obrigado a todos e todas pela acolhida e participação.

A todos os professores e técnicos administrativos da UFT, em especial do Colegiado de Pedagogia, que fizeram parte da minha vida acadêmica e que contribuíram para que eu pudesse estar aqui hoje.

RESUMO

O conteúdo e a forma do ensino em história e cultura afro-brasileira e indígena proporcionado pela disciplina dos cursos de graduação, na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, especialmente nos cursos de pedagogia e educação física, no segundo semestre do ano de 2018, foi abordado por nossa investigação tendo como objetivo a observância da Lei 11.645/2008, que obriga as escolas de educação básica incluírem no currículo formativo a história e cultura afrobrasileira e indígena. Esta obrigação desdobra-se na formação do profissional antes mesmo do ensino nas escolas. Assim, a metodologia do estudo focou na dinâmica formativa da disciplina ofertada no campus universitário, concretamente na observação, participação e registro das aulas realizadas, tendo como parâmetro o plano de disciplina e os seminários temáticos com participação dos alunos. A análise dos resultados dos seminários temáticos em capoeira; África e seus países; as leis e o novo ordenamento jurídico étnico-racial; a cultura akwe-xerente e os cinco equívocos principais de nossa visão preconceituosa sobre os indígenas; e, por fim, o seminário sobre o jogo de tabuleiro africano e indiano (mancala e xadrez), apontaram para uma significativa formação no campo étnico-racial em cumprimento às exigências da formação neste campo. Todavia, apontaram ainda grande defasagem nos conhecimentos específicos de cada tema, concluindo pela necessária atividade de produção do conhecimento em pesquisas e extensão no campo desenvolvido.

Palavras-chave: África. Indígenas. Afro-brasileiros. Capoeira. Formação Continuada.

ABSTRACT

The content and form of teaching of Afro-Brazilian and indigenous history and culture are offered by the training discipline at the Federal University of Tocantins, Campus de Miracema, especially in the pedagogy and physical education courses, in the second semester of 2018. Approached by our investigation aiming to comply with Law 11.645 / 2008, which studies schools of basic education, including formative curriculum in AfroBrazilian and indigenous history and culture. This obligation unfolds in vocational training even before teaching in schools. Thus, the study methodology focused on the formative dynamics of the discipline offered on the university campus, specifically the observation, participation and registration of the classes, having as a parameter the discipline plan and thematic seminars with student participation. Analysis of the results of the thematic seminars in Capoeira, Africa and its countries, the laws and the new ethnic-racial legal order, Akwe - Xerente culture and the five main misconceptions of our prejudiced view of the indigenous, and, finally, the seminar on African and Indian board game (mancala and chess), pointed to a significant formation in the ethnic-racial field in fulfillment of the demands of the training in this field. However, they also pointed to a large gap in the specific knowledge of each theme, concluding by the necessary activity of knowledge production in research and extension in the developed field.

Keywords: Africa. Indigenous. Afro-Brazilians. Capoeira Continuing Formation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 DA DISCIPLINA E PLANO DE AULA NO CAMPO AFRO-BRASILEIRO E INDÍGENA NO CAMPUS DA UFT DE MIRACEMA	10
3 O PLANO DE DISCIPLINA, A METODOLOGIA E AS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA TURMA DE 2018.2.....	13
3.1 Mapa político do Continente africano.....	13
3.2 A África e seu 56 países – nossas origens e tradições.....	14
3.3 O racismo na história do Brasil.....	17
3.4 O atual ordenamento jurídico étnico-racial no Brasil	19
3.5 As cinco ideias mais equivocadas sobre os povos indígenas e a educação tradicional e escolar dos povos Akwe-Xerente	20
3.6 Os jogos de tabuleiro na educação e a cultura afro-brasileira	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
5 REFERÊNCIAS	27
ANEXOS	28

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo o estudo e a análise inicial do ensino no campo da História e Cultura Afro – Brasileira e Indígena. Mais especificamente se este ensino tem enfrentado a necessidade de formação dos acadêmicos da pedagogia e das licenciaturas em geral, para o que se refere a Lei 10.639/03, e a Lei 11.645/2008 que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/96 tornando obrigatório o ensino da história e da cultura africana, afrobrasileira e indígena nas escolas da educação básica, públicas e privadas.

Meu interesse por essa temática se deu quando assisti a apresentação da monografia da acadêmica Ediany Freire do Santos. Em sua apresentação, a pesquisadora relatou que, durante o desenvolvimento do seu estudo, visitou uma escola da rede municipal do município de Miranorte, TO, e constatou que as questões étnicos raciais não são trabalhadas de forma significativa, no cotidiano dos alunos, tendo como justificativa que os livros didáticos utilizados pelos professores dessa instituição não apresentam conteúdos sobre as questões que envolvem a vida e a cultura dos negros africanos e afro – brasileiros.

Por não concordar com tal justificativa (pois acredito que o livro didático é só mais um instrumento que o professor pode utilizar na preparação de suas aulas), resolvemos verificar como estão sendo preparados os futuros profissionais da educação para trabalhar essas questões em sala de aula. Portanto, optamos por verificar como vem acontecendo o ensino neste campo, na UFT de Miracema.

Para a realização do estudo, participei das aulas ministradas nas disciplinas de Educação e Cultura Afro-Brasileira no curso de Pedagogia (como aluna); e das aulas ministradas na disciplina denominada de “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” no curso de Educação Física, ministradas à época, pelo mesmo professor do curso de pedagogia ¹, além de analisar as aulas fui orientada a participarem um seminário juntamente com os alunos da disciplina².

¹ Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho. Os planos de aula que envolveram esse estudo encontram-se anexos deste TCC – Plano de aula da disciplina EDUCAÇÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA do Curso de Pedagogia e plano de aula da disciplina HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E INDÍGENA, do Curso de Educação Física.

² Disciplina ministrada no campus novo, pois o curso de Educação Física havia recentemente se estabelecido (mudado de campus), pois as quadras e pistas poliesportivas foram construídas no campus novo de Miracema.

Assim, decidi organizar o estudo para este trabalho de conclusão de curso – TCC, de acordo com próprio desenvolvimento da disciplina explicitado no plano de aula da disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, do Curso de Educação Física, pois foi nesta disciplina que pude de fato observar o que eu mesma havia estudado anteriormente no Curso de Pedagogia; e verificar o processo de formação dos alunos da educação física no que se refere às leituras propostas e participação nas aulas.

A primeira parte de nosso estudo faz uma consideração ao plano de disciplina desenvolvido, isto é, às ementas propostas e metodologias adotadas pelo docente, com destaque aos seminários temáticos, que nesta disciplina ocorreu a partir de seis grandes temas.

A segunda parte de nosso estudo foca a proposta de cada tema e o (des)envolvimento dos alunos no mesmo, considerando a observação e vivência que pude desenvolver naquele momento com a turma. Destaca-se ainda, que a ordem dos mesmos é decidida em sorteio, nas primeiras aulas da disciplina. Assim, iniciamos com o tema da capoeira, em seguida com a abordagem do Continente africano; na sequência com a história do racismo científico e não científico no Brasil e no mundo; depois veio o seminário sobre a cultura indígena xerente e os equívocos mais considerados na abordagem dos povos indígenas; e por último, o estudo dos jogos de tabuleiro: um jogo nascido na Índia (Chaturanga) e um jogo nascido em países africanos (Mancala).

Após discorrermos sobre esses estudos observados concluímos pela importância na formação dos acadêmicos licenciados, bem como, da necessidade da continuidade em nível de pós-graduação.

2 DA DISCIPLINA E PLANO DE AULA NO CAMPO AFRO-BRASILEIRO E INDÍGENA NO CAMPUS DA UFT DE MIRACEMA

O campo ou área de abordagem da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena é ofertado como ensino e, portanto, fazendo parte do currículo dos cursos de Pedagogia, Educação Física, Serviço Social e Psicologia, no campus da UFT de Miracema.

Como todo campo de estudos e abordagens científicas e epistemológicas está repleto de contradições, contraposições, tendências, entre outras, isto é, é um campo de disputas que envolve visões diferentes de ciência, de vida, de política, de poder; que na UFT de Miracema está ainda em processo de construção. Este lento processo de construção ou de desconstrução também pode ser visto como uma posição política.

Assim, com ementas muito próximas, e denominações das disciplinas semelhantes são assim denominadas em cada curso: na pedagogia chama-se Educação e Cultura Afro-brasileira; na Educação Física denomina-se História e Cultura Afrobrasileira e Indígena; no Serviço Social e na Psicologia denomina-se Cultura Brasileira e Questões Étnico-raciais. Registra-se que, até o ano de 2018 essas disciplinas nos cursos de Psicologia e de Educação física ou não eram ofertados ou, quando havia oferta, precisavam de professores de outro colegiado. Para o ano de 2019.2 verifica-se que as ofertas de todos eles encontram-se no âmbito dos próprios colegiados dos cursos.

Em geral, o campo de abordagem, como o próprio nome diz, trata da história e da cultura afro-brasileira e indígena preparando os futuros profissionais da educação para colocar em prática o que já se tornou obrigatório pela Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 a respeito do ensino na educação básica da história e cultura afrobrasileira, africana e indígena em todas as escolas públicas e particulares (no ensino fundamental e no ensino médio). Vejamos na própria Lei 10.639/2003, que alterou a LDB em seu artigo 26.

Segundo o artigo 26 – A:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro - Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social,

econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro – Brasileira serão ministrados **no âmbito de todo o currículo escolar**, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (BRASIL, 2003).

E também na lei 11.645/2008, que alterou a Lei 10.639/2003 no que se refere ao acréscimo da cultura indígena. Vejamos a seguir.

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira **e indígena.** § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, **a partir desses dois grupos étnicos**, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados **no âmbito de todo o currículo escolar**, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR) Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República. (BRASIL, 2008).

Embora a disciplina na Universidade se justifique pela legislação vigente destacase que a proposta é o estudo dos conceitos de cultura afro-brasileira e indígena, seus aspectos históricos e políticos no Brasil, na cultura das comunidades quilombolas e indígenas, bem como as possibilidades e práticas de se trabalhar tais temas nas escolas. Como podemos verificar nas ementas dos respectivos cursos:

Na ementa do Curso de Pedagogia, "Relações históricas África/Brasil. As teorias e suas influências no pensamento brasileiro. As representações raciais e a educação no Brasil: o racismo à brasileira. Representações sociais da cultura afro – brasileira nas diversas formações sociais do Brasil. Políticas de ações afirmativas".

Na ementa do Curso de Educação Física: "Conceito de Cultura, de Afro – Brasileira e de Indígena. Aspectos da cultura afro – brasileira e indígena no Brasil. Possibilidades práticas com este tema voltadas para a escola. A cultura corporal nas comunidades quilombolas e indígenas".

Na ementa do Curso de Psicologia: "A formação étnico-racial da sociedade brasileira. A eugenia e as políticas de segregação racial no Brasil. O imaginário eurocêntrico e as bases do preconceito étnico-racial. O Movimento Negro no Brasil e as políticas de Ação Afirmativa".

E na ementa do Curso de Serviço Social: “A formação étnico-racial da sociedade brasileira. A eugenia e as políticas de segregação racial no Brasil. O imaginário eurocêntrico e as bases do preconceito étnico-racial. O Movimento Negro no Brasil e as políticas de Ação Afirmativa”.

A seguir, vamos nos ater à ementa e plano de disciplina do curso de licenciatura do campus de Miracema em Educação Física.

3 O PLANO DE DISCIPLINA, A METODOLOGIA E AS ATIVIDADES DE ENSINO/APRENDIZAGEM NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA TURMA DE 2018.2

No que se refere aos objetivos do Plano de Disciplina do Curso de Educação Física, destaca-se no mesmo,

Geral: “Compreender e analisar o processo de construção da história e da cultura negra e indígena no Brasil e na região considerando as diversidades histórico-culturais e suas manifestações nas relações sociais e étnico-raciais. Específicos: Conhecer os marcos históricos, bem como os marcos legais da atualidade brasileira que orientam as ações no país contra o racismo, a discriminação e o preconceito étnico-racial que atingem diferentes povos e culturas como os negros, indígenas, imigrantes, judeus, ciganos, entre outros. Compreender os desdobramentos do processo colonizador europeu em suas relações e influências dos povos nativos (indígenas) e africanos escravizados, na história da educação e cultura afrobrasileira e indígena. Compreender os conflitos e resistências da população pobre, negra e indígena na história da educação e cultura afro-brasileira e indígena. Compreender a geografia geral e as diferentes culturas do continente africano, bem como suas influências observadas no Brasil contemporâneo”. (UFT, 2018).

Para atingir os objetivos da disciplina verificamos que o professor usa como metodologia leituras de textos, roda de conversa, exibição de filmes e apresentações de seminários em grupos.

Para as apresentações dos seminários a turma foi dividida em grupos onde cada grupo ficou responsável por estudar e apresentar os conteúdos para os demais colegas. Durante o período de preparação para as apresentações, após todos terem lido e estudado os textos indicados, os acadêmicos são encaminhados para participarem de orientações com o professor para tirarem suas dúvidas, aprofundarem conhecimentos, etc.

3.1 A capoeira como expressão afro-brasileira

O primeiro seminário foi dedicado à capoeira como expressão afro-brasileira.

Para tanto, o texto um ou texto principal para o seminário foi um TCC, isto é, um trabalho de conclusão de curso de autoria de BEZERRA (2007). A Capoeira como instrumento educacional. Monografia de Graduação no Curso de Pedagogia (TCC). Universidade Federal do Tocantins – Campus de Miracema. Orientado pelo Prof. Mestre Celso Henrique Acker, no ano de 2007.

Já o texto dois de aprofundamento foi o de PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *Bimba, Pastinha e Besouro de Mangangá: três personagens da capoeira baiana*. Tocantins/Goiania, NEAB/Grafset, publicado no ano de 2002. E o texto terceiro, também de aprofundamento dos estudos, foi o de FERRACINI, R. *Legalidade territorial: A capoeira angola na cidade de Goiás*. Terra@Plural, Ponta Grossa, V6, n.2, p.229 – 239, jul/dez., publicado em forma de artigo no ano de 2012.

No plano verifica-se um conjunto de outras referências em livros, artigos publicados, etc para futuros estudos, que não explicitaremos aqui, mas que podem ser conhecidos no anexo do trabalho. A seguir explicitamos a orientação do plano para aprofundamentos em filmografias respectivas à temática.

Filmografias e projetos de extensão universitária para aproximação temática: a) BESOURO (92 min.); b) PASTINHA: uma vida pela capoeira (52 min) e c) MESTRE BIMBA: a capoeira iluminada. Disponíveis na internet; e, para cópia com o acadêmico e capoeira Diego Alves (o Dieguito), que é um dos coordenadores do Projeto de Extensão: “Jogando Capoeira Angola: quebrando preconceitos”. Estes filmes e vídeos também serão projetados e debatidos conforme programação das Atividades Intensivas da Consciência Negra do ano de 2018 entre os dias 26 e 29.11.2018. (UFT, 2018).

Destaca-se na orientação do plano, que os alunos seminaristas além da filmografia poderiam aproximar do grupo de capoeira angola que desenvolve um projeto de extensão universitária no campus, para terem noção da atividade que apresentariam; destaca-se também que o grupo um foi formado por cinco acadêmicos (as), dentre eles, um da etnia Akwe Xerente.

Como chamamos a atenção, o primeiro seminário foi referente a capoeira, tendo como referência a monografia de TCC “A capoeira como instrumento Educacional”, os textos referentes a “Bimba, Pastinha e Besouro de Mangangá: três personagens da capoeira baiana” e, “Legalidade territorial: A capoeira Angola na cidade de Goiás”.

Os seminaristas levaram os instrumentos da capoeira para a sala de aula e convidaram um grupo de capoeira local para fazer uma apresentação ao final do seminário.

3.2 A África e seu 56 países – nossas origens e tradições

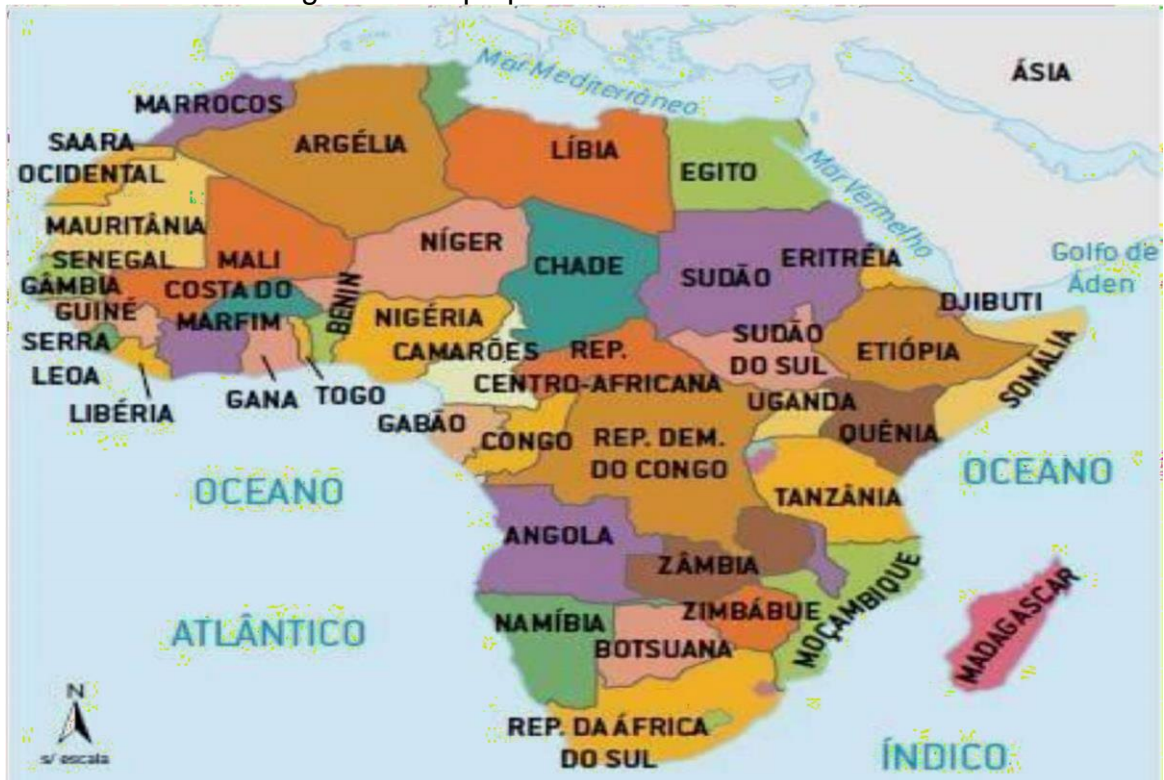
O segundo grupo apresentou o seminário sobre o livro de Kabengele Munanga: *Origens Africanas do Brasil Contemporâneo: histórias, línguas, culturas e*

civilizações. De acordo com os seminaristas, no livro o autor, africano (Congo), morador no Brasil há 39 anos, visa valorizar a África e desmontar a imagem estereotipada que existe no imaginário das pessoas, pois segundo Munanga, a África é vista como uma selva, um território de pobreza, guerra, doenças e fome.

O livro é dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata sobre as divisões geopolíticas do continente africano e suas ilhas, aspectos desconhecidos pela maioria dos brasileiros. O grupo apresentou que nesse capítulo o autor relata que a África é um continente de 30 milhões de quilômetros quadrados, com 56 países, possui várias culturas, divisões e etnias e há, aproximadamente, 600 milhões de habitantes.

O grupo destacou ainda que a África enquanto Continente é dividida em duas partes desiguais, pelo deserto do Saara, em África Branca e África Subsaariana ou África Negra. A África Branca ou Árabe, onde ficam os países do Magreb (Marrocos, Argélia, Tunísia), Líbia e Egito. A África Subsaariana é conhecida como África Negra pela sua população negroide. Vejamos o mapa a seguir:

Imagem 1 - Mapa político do Continente africano



Fonte: <https://www.google.com>

Segundo o grupo, neste capítulo, o autor relata sobre as sociedades, civilizações e culturas africanas. O Continente Africano é considerado o berço da

humanidade e possuía muitas civilizações, impérios, cidades, reinos, estados, com uma diversidade linguística enorme que variou de 800 a 2.000 línguas, contrariando a imagem equivocada da África que é tudo a mesma coisa.

No terceiro capítulo o grupo relatou que o autor, Munanga explana os aspectos históricos do continente africano, onde o mesmo destaca a existência de vários reinos e impérios que existiam antes da colonização europeia com várias distinções entre suas organizações políticas, formas de governo e diversidade de costumes ou tradições religiosas.

No quarto capítulo o autor aborda o tráfico humano e a escravidão no continente africano. Segundo o autor, em uma concepção bem diferente da escravidão moderna, colonialista, os escravizados da antiguidade africana eram prisioneiros de guerra, ou criminosos, e ou pessoas que não tinham como pagar suas dívidas.

Os seminaristas relatam que o tráfico negreiro ganhou grandes proporções sendo responsável por uma das maiores tragédias da humanidade. Sem piedade, homens e mulheres eram retirados de suas raízes para se tornarem escravos e eram vendidos como se fossem instrumentos de trabalho e muitas vezes eram tratados com muita violência, rotinas extensas de trabalho, não tinham direito a uma alimentação de qualidade, as mulheres negras eram exploradas sexualmente, moravam em senzalas e eram submetidos a castigos muito cruéis, não podiam inclusive manifestar sua fé ou realizar suas festas e rituais.

Esses escravizados eram traficados para os continentes da Ásia, Europa e América por meio de três rotas, a oriental pelo Oceano Índico e Mar Vermelho, a rota transaariana pelo deserto do Saara e a rota transatlântica pelo oceano Atlântico. O tráfico negreiro foi responsável pela morte de muitos escravizados. Para se ter uma noção do número assustador de mortos, no tráfico do oceano Índico para os países árabes e para o Extremo Oriente, segundo MUNANGA, calcula-se ter morrido cinco milhões africanos.

Por fim, no quinto capítulo o grupo explicou que o autor evidencia as principais contribuições que os africanos trouxeram para o Brasil, tais como as práticas religiosas, as manifestações culturais, várias contribuições na linguagem, dentre outros.

3.3 O racismo na história do Brasil

No terceiro seminário abordou-se o racismo na história do Brasil, trabalhado na obra: CARNEIRO, M. L. T. O racismo na história do Brasil: mito e realidade. 2ªed. São Paulo, Editora Ática, publicado em 1995.

Os seminaristas relataram que o racismo no Brasil sempre foi algo que tentaram acobertar, tentando passar a imagem de um país pacífico, que respeita todos os povos e as suas religiões, um paraíso racial, uma democracia racial.

Os mesmos, nos levaram a fazer uma reflexão, ao observarmos ao nosso redor, que os brancos, os negros, mulatos, judeus e indígenas brasileiros assumem papéis diferentes na sociedade, levando a subordinação do grupo dominado.

A autora aponta alguns questionamentos: será que o Brasil é um paraíso racial, um exemplo no respeito a todas as raças? Segundo CARNEIRO (1995),

Procure olhar a sua volta. Como vivem, onde e em que trabalham os brancos, os negros, os mulatos e os indígenas brasileiros? A que grupo racial pertence a maioria dos meninos de rua? Quantos médicos, professores universitários, padres, engenheiros, gerentes de banco, militares, industriais, políticos ou apresentadores de televisão você conhece que sejam negros, mulatos ou indígenas? (CARNEIRO, 1995).

Não é o que se nota ao longo da história. Em seus estudos os seminaristas contam que no Brasil, no ano de 1992, alguns grupos jovens neonazistas queriam o fim dos negros, judeus e nordestinos.

Segundo Carneiro (1995), o racismo no Brasil é camuflado, tem um disfarce e é tão perigoso quanto aquele que é assumido. Desde o Brasil colônia, durante quase cinco séculos, alguns grupos foram (e ainda são) discriminados, uns mais e outros menos. Trataram os índios como indolentes e os negros como inferiores. A igreja teve uma participação nesse período, através de sermões, contos, crônicas, poemas, anedotas, textos teatrais e pinturas. Houve também a questão da pureza de sangue, onde um candidato a algum cargo público deveria comprovar que era de linhagem pura.

Depois da abolição da escravidão (1888), raras eram as profissões que os negros poderiam assumir, pois trouxeram os imigrantes asiáticos e europeus, que eram tratados como mão de obra branca e mais eficiente, mais ali, segundo a autora, um novo racismo emergia. Os avanços científicos do século XIX não foram suficientes para levar o homem branco a aceitar a ideia de diversidade racial e

cultural, para conviver com ela, mas ao contrário ajudaram a reforçar o imperialismo e produzir ideias racistas e atitudes intolerantes.

Desta forma, no século XIX destaca-se o racismo no arianismo e no antissemitismo, ali surgiu a ideia de eugenia, a pureza da raça. O Brasil era visto como país de mestiços e alguns assuntos estavam em pauta, escravidão ou trabalho livre? Negros ou imigrantes brancos? E os indígenas? Das teorias racistas não escaparam nem os orientais, considerados o perigo amarelo.

Destaca-se que muitos intelectuais brasileiros importaram a ideia de racismo europeu. Raros eram os intelectuais que tinham consciência do perigo representado pelo apoio às teorias racistas importadas da Europa. Assim, nas décadas de 1930 e 1940, o Brasil continuou buscando o modelo ideal para o homem brasileiro, que era de um homem forte e vigoroso proposto pela ciência eugênica, racista.

Em busca da identidade nacional, a autora destaca que herdamos um verdadeiro patrimônio cultural. A publicação do livro Casa Grande e Senzala em 1933, ampliou o debate para além da ideia de que o mestiço simbolizava atraso, ao contrário, o autor estava defendendo a ideia de que havíamos resolvido o nosso problema racial, com encontro das três raças. Gilberto Freyre completou a teoria da mestiçagem, que hoje dá ao racismo brasileiro um toque diferenciado, o da democracia racial.

O fascismo nesse período proliferou em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Ceará. A Itália se transformou em modelo para o Brasil, que com ela, o país queria ser forte e ter um povo forte, pois os imigrantes italianos se entusiasmaram com o progresso do seu país e reuniram-se em São Paulo, configurando a Colônia de Mussolini no país, ocorrendo um longo período antissemita no Brasil, nos anos de 1930 e 1940, sendo a entrada de Judeus, proibida pelo governo brasileiro.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), o país começou a ganhar uma nova cara, com leis que tornaram crime o racismo e qualquer outra forma de discriminação.

3.4 O atual ordenamento jurídico étnico-racial no Brasil

O quarto grupo de seminários abordou o tema do atual ordenamento jurídico étnico-racial incluindo as Diretrizes Curriculares Nacional para educação étnico-racial

e quilombola. Discutiram do que se trata esse conjunto normativo e a importância das Leis 10.639/2003, 11.645/2008, 12.228/2010 e a Resolução nº 8 de 20 de novembro e 2012.

Segundo o grupo, as leis que envolvem o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes remetem à Cultura Afro-brasileira e ao combate à discriminação, preconceito e racismo. Para os mesmos nenhuma das leis podem ser descartadas pois abrangem uma importância primordial para o nosso país que tem laços com a África e com os afrobrasileiros e indígenas.

Os seminaristas afirmam que uma definição breve das leis se faz necessária para o bom entendimento do leitor/ouvinte que, em muitas vezes, pode ficar com uma dúvida ou outra. A primeira lei apresentada foi a Lei nº 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as escolas públicas e privadas até o ensino médio. A lei traçou as orientações curriculares para o estudo. A lei ainda deu um destaque ao dia 20 de novembro, o dia de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra.

A próxima lei apresentada foi a Lei nº 11.645/2008 que incluiu ao currículo oficial da rede de ensino, seja ela privada ou pública, a obrigatoriedade da temática histórica e cultural afro-brasileira e indígena. Sendo ministrados aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação de população brasileira, mencionando as suas contribuições em várias áreas para a sociedade. Para isso todo o currículo escolar deve ser um reforçador desse conhecimento social construído, abordado principalmente nas áreas de educação artística, literatura e história do Brasil.

Outra lei apresentada foi a Lei nº 12.288/2010, que considera crime constitucional qualquer tipo de discriminação ou exclusão baseado na cor, raça, gênero ou pertencimento étnico, assumindo assim que a igualdade racial é direito de todos, desta forma este estatuto nos conscientiza sobre direitos e princípios fundamentais, bem como algumas conceituações importantes tais como: discriminação racial ou étnicoracial; desigualdade racial; desigualdade de gênero e raça, população negra; políticas e ações afirmativas.

A Lei nº 12.288/2010 definiu também a criação do sistema nacional de igualdade racial (SINAPIR) que objetivou complementar a organização do conjunto de políticas destinadas a superar a desigualdade étnico-racial existente no país. Os seminaristas também falaram sobre a Resolução nº 8/2012 que definiu as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, e abordou que a educação é direito e garantia fundamental para os quilombolas.

Nesse sentido, é de direito os quilombolas terem um transporte para as escolas de longa distância, estudos de conteúdos que abordam sua cultura e língua remanescentes e que as escolas que tenham estudantes oriundos de territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades, bem como, os seus processos próprios de ensino aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimentos tecnológicos.

É necessária a participação de líderes da comunidade durante a criação do calendário escolar quilombola ou de escolas que tenham estudantes oriundos de territórios quilombolas respeitando então suas datas comemorativas, histórias, as memórias, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais.

O grupo defendeu acertadamente, de acordo com o que foi abordado, a necessidade da formação continuada, no que se refere ao conteúdo dos marcos legais étnico-raciais.

3.5 As cinco ideias mais equivocadas sobre os povos indígenas e a educação tradicional e escolar dos povos Akwe-Xerente

O seminário cinco abordou as cinco ideias equivocadas sobre os povos indígenas; e, a educação tradicional e escolar dos povos Akwe-Xerente.

Os textos abordados pelos integrantes do grupo foram do indígena SAMURU XERENTE, Antônio. Educação tradicional e educação escolar indígena atual dos AkweXerente. In MACHADO, Márcia. Culturas e história dos povos indígenas: formação, direitos e conhecimento antropológico. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. Pág. 9 – 37. E, o texto “Cinco ideias equivocadas sobre os índios do Prof. José Ribamar Bessa Freire, da UERJ³. O grupo entregou também um resumo de sua abordagem em português para turma e um resumo em língua Akwe-Xerente feito pelo aluno Xerente da turma.

De acordo com o grupo, para entendermos o Brasil contemporâneo é necessário primeiramente ter um conhecimento correto sobre a história indígena. Os seminaristas relataram que os indígenas já habitavam o Brasil muito antes dos

³ Texto sugerido pelo ex - professor da UFT de Miracema (Antropólogo), Rafael Leal Matos.

portugueses invadirem suas terras em 1500. E que os povos indígenas desenvolveram seus trabalhos voltados para a sua sobrevivência na coleta de frutos, caça, pesca, agricultura e remédios medicinais, bem como eram faladas mais de 1300 línguas.

Na educação dos indígenas Akwe – Xerente, os anciões e anciãs passavam para os mais jovens seus conhecimentos. Também existia um lugar específico para resolverem assuntos, como conflitos e ensinamentos da cultura, que se chamava Warã. Os anciões eram responsáveis por ensinar os homens a pescar, caçar, entre outros, e as anciãs eram responsáveis por ensinar as mulheres os trabalhos de casa, da cozinha, dos artesanatos e outros.

Na contemporaneidade, o pré-conceito contra os indígenas ainda é muito visível, diante disto a maioria dos brasileiros tem visões equivocadas sobre os indígenas. Segundo BESSA FREIRE (2012), os equívocos sobre os índios são muito comuns.

O primeiro equívoco é o do índio genérico, onde as pessoas com um pensamento totalmente equivocado pensam que todos os índios são iguais, possuem a mesma cultura, sendo que vivem no Brasil mais de 200 etnias, falando 188 línguas diferentes, cada povo tem sua língua, sua religião, sua arte, ciência, sua dinâmica histórica própria, e assim, é diferente um povo indígena de outro.

O segundo equívoco está na ideia de culturas atrasadas, onde grande parte da população que não tem nenhum conhecimento sobre as culturas indígenas acabam formando um pensamento preconceituoso, deixando de lado todos os saberes indígenas, ciências, artes, religião e suas literaturas preciosas, por um preconceito, não usufruindo desse legado cultural acumulado durante milênios.

O terceiro equívoco é sobre a ideia de culturas congeladas, uma visão que a sociedade tem dos povos indígenas, de como eles devem ser: nu ou com uma tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, e que aqueles que não seguem esse padrão não são considerados índios. Se os brasileiros não deixam de ser brasileiros ao usar produtos criados por outros povos, porque o índio vai deixar de ser índio por usar coisas que não são da sua cultura? O preconceito cega as pessoas e as deixam ignorantes, às impedindo de ter acesso a novas experiências e adquirir novos conhecimentos.

O quarto equívoco está na imagem de que os índios pertencem ao passado. É verdade que o índio faz parte do passado, mas também faz parte do presente do nosso país e é impossível imaginar um Brasil sem a cultura indígena.

E o quinto equívoco, segundo o texto do autor, é o de que o brasileiro não é índio, esse equívoco é muito comum no nosso grupo social, as pessoas pensam que não possuem traços indígenas, traços dos europeus e traços dos africanos, mas na nossa história essas três etnias tem um papel fundamental na construção do nosso país que hoje chamamos de Brasil.

O movimento social indígena e não indígena tenta de alguma forma levar esse conhecimento para a sociedade e uma forma está na implementação da Lei nº 11.645/2008, que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nas escolas da educação básica. Esse ensino deve se ocupar em estudos que desfaçam esses equívocos em nossa formação preconceituosa e discriminadora.

No final da apresentação um aluno indígena avaliou a apresentação dos colegas, um grupo não indígena falando sobre o seu povo. O mesmo disse que gostou da apresentação e relatou um pouco sobre o preconceito sofrido por ser um índio.

3.6 Os jogos de tabuleiro na educação e a cultura afro-brasileira

O sexto grupo a se apresentar, abordou o tema dos jogos de tabuleiro na educação: história, filosofia, valores, práticas e possíveis ensinamentos e aprendizagens étnicos raciais. O grupo apresentou para a turma, dois jogos de tabuleiros: um de origem africana: o mancala; e o outro, de origem indiana: o jogo xadrez, abordados em dois textos principais: o primeiro de PEREIRA, Rinaldo Pevidor; CUNHA JUNIOR, Henrique. Mancala: o jogo africano no ensino da matemática. 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2016. p. 09 – 34; 89 – 182; e referências (213 – 224). E o outro de SANTOS, P. S. dos.

O que é Xadrez. São Paulo, Brasiliense, 2007.

No primeiro momento relataram um pouco da história do xadrez, um jogo que segundo eles tem inúmeras lendas que relatam o seu surgimento. Há quem aponte o Rei Salomão como inventor do xadrez, pois foi um personagem bíblico que ficou famoso pela sua sabedoria. Outros atribuem a invenção do jogo ao filósofo grego

Aristóteles, pois o mesmo marcou o ocidente com suas ideias. As antigas civilizações Chinesa, Egípcia, Árabe e Persa também são apontada pelas histórias do Xadrez.

Mas, dados concretos relatam que o Xadrez nasceu por volta do século V ou VI d.C, na Índia, tendo como nome original Chaturanga, que significa o jogo das 4 armas (navios, elefantes, cavalos e soldados); muito diferente das peças de hoje, formado por apenas dois exércitos, contendo 8 peões, 2 torres, 2 cavalos, 2 bispos, um Rei e uma Rainha para cada lado.

O termo xeque-mate utilizado durante o jogo de xadrez significa morte ao xeique, ou seja, morte ao rei que representa o fim da partida. Os muçulmanos foram responsáveis por inúmeros escritos históricos sobre o xadrez e registraram regras e técnicas.

Após tratar da história do Xadrez, os seminaristas desenvolveram a importância do jogo de xadrez atual, em algumas áreas do saber, tais como: a política, onde pode ser explorado a representação dos sujeitos no tabuleiro da vida, por meio do movimento de cada peça, pois o objetivo do jogo é norteado por esquemas táticos e estratégias de poder, como ganhos, trocas, posicionamentos, ameaças na busca pelo poder, entre outros.

Quanto à educação, explora – se a criatividade no ensino, na história, geografia, bem como a utilização do xadrez contra o fracasso escolar. Em relação à matemática explora – se as noções de espaço, os movimentos das peças, a aritmética, a análise combinatória, o cálculo de probabilidade, a trigonometria, a geometria, etc.

Já na arte exploram – se a beleza e a harmonia das peças, as cores alternadas, entre outras. Na psicologia, a psicanálise utiliza o jogo como tática terapêutica de reintegração social e desenvolvimento intelectual. Entre outras possibilidades apontadas no texto sobre o que é o xadrez.

Já na segunda parte do seminário, o grupo apresentou o jogo Mancala. De acordo como o grupo tanto o jogo de xadrez como Mancala são frutos de ideias, formas de raciocinar e também de memória coletiva dos povos que os criaram. O Awalé é uma das variações dos jogos de Mancala, que inclusive é jogado no Brasil e em outros continentes.

O termo Mancala é um nome genérico utilizado pelos antropólogos para designar uma família de jogos de tabuleiro. Mancala tem origem na palavra árabe

“nagaal” que significa “mover”. O jogo está totalmente relacionado à semeadura, pois o seu principal objetivo era simular o ato de semear, vencendo a partida quem capturar, no mínimo, a metade das peças (sementes) mais uma (25 sementes de um total de 48). Utiliza-se no jogo, um grão ou semente de uma árvore africana chamada Baobá que é muito importante para cultura africana. A casca do Baobá é utilizada para fazer corda e o fruto e as sementes são comestíveis.

Mancala é um jogo milenar, nascido nos países africanos (portanto na África) e segundo a apresentação é muito comum encontrarmos pessoas por todo o Continente praticando o jogo, nos espaços culturais, nas praças, etc. Em algumas regiões africanas, o jogo ainda é praticado em tabuleiros esculpidos no chão, mantendo assim a tradição.

No Brasil, essa árvore, o baobá representa um legado da história africana em nosso país. O jogo ainda é pouco divulgado no país, porém existente. E já já vem ocorrendo algumas experiências no campo da educação brasileira que tem mostrado o uso na metodologia de ensino, difundindo práticas educativas no campo da matemática, da história e da cultura afro-brasileira.

Nas regras do jogo identificamos um conjunto de conceitos matemáticos, pois o tabuleiro é composto por 12 buracos que, no início do jogo são colocadas quatro sementes em cada buraco para em seguida ser semeadas (distribuídas). Para ganhar é preciso pelo menos, a captura da metade mais uma semente, ou seja, no mínimo 25 sementes, desenvolvendo na dinâmica do jogo a adição, a subtração e a divisão.

Após a explanação sobre os dois jogos, o grupo mostrou para os demais alunos como se joga os mesmos. Para confeccionar o Mancala eles utilizaram cartelas de ovos, algo que demonstra grande criatividade, consciência e economia por terem usado material reciclável de fácil acesso a todos.

Com essa apresentação foi possível conhecer na teoria e na prática sobre dois jogos de origem africana que podem ser utilizados em sala de aula para desenvolver inúmeras habilidades, tais como: memória, concentração, planejamento e tomadas de decisão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver o presente trabalho, nota-se que com a disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena os alunos puderam conhecer a história e cultura, bem como as leis que garantem legalmente, o ensino sobre os povos indígenas, africanos e afrodescendentes na educação básica.

Na apresentação do primeiro seminário tivemos a oportunidade de conhecer a história da capoeira, os principais responsáveis pela mesma no Brasil e os instrumentos utilizados nessa luta, tanto na teoria como na prática, pois os seminaristas desse grupo levaram para a sala de aula os instrumentos musicais da capoeira e membros de um grupo de capoeira da cidade de Miracema.

Na apresentação do segundo grupo conhecemos uma África totalmente diferente da que vemos nos livros didáticos, uma África com diversas civilizações, centenas de diferentes etnias e culturas. Através dos mapas utilizados pelos acadêmicos desse grupo pudemos ver o quanto esse continente é imenso, pois possui 56 países, com uma superfície de 300 milhões de quilômetros quadrados e uma população de cerca de 600 milhões de habitantes

O terceiro grupo nos levou a fazer uma reflexão sobre o racismo camuflado que existe no Brasil. Pois apesar de muitos afirmarem que no nosso país não há racismo, basta olhar ao nosso redor para perceber que isso é uma grande farsa.

Já com o quarto grupo adquirimos conhecimentos a respeito das leis e diretrizes que combatem a discriminação, o preconceito e o racismo nas escolas, bem como a obrigatoriedade do ensino da história, cultura afro-brasileira e indígena em escolas públicas e privadas.

Com o quinto grupo conhecemos um pouco da história, educação e cultura indígena, bem como, algumas ideias equivocadas que as pessoas têm sobre os índios. Além de todo esse conhecimento tivemos a oportunidade de ouvir um aluno indígena avaliar a apresentação de seus colegas que não são indígenas sobre o seu povo e de nos relatar sobre o preconceito sofrido, por ser indígena. Através de outro relato, de uma acadêmica, pudemos perceber a importância dessa disciplina, pois segundo ela seu primeiro contato com um indígena foi na faculdade e que antes de fazer a disciplina ela tinha uma visão equivocada e preconceituosa sobre os índios.

Com a sexta e a última apresentação foi possível conhecer na teoria e na prática sobre dois jogos de origem indiana e africana que podem ser utilizados em sala de aula para desenvolver inúmeras habilidades com os alunos, tais como: memória, história, geografia, matemática, artes, concentração, planejamento, tomadas de decisão, etc.

Na confecção do jogo mancala, com cartelas de ovos, os seminaristas mostraram que mesmo não havendo conteúdos nos livros didáticos que contenham a história desse jogo e como confeccioná-lo, com um pouco de criatividade e pesquisa é possível levar muito conhecimento e diversão para a sala de aula.

Depois de participar da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena concluímos que apesar dos livros didáticos não possuírem conteúdos adequados para execução da Lei 10.639/03 e 11.645/2008 é possível sim colocar em prática essas leis, pois o livro didático é só uma ferramenta que o professor pode ou não utilizar, basta cada profissional sair da sua zona de conforto e ir atrás de outras ferramentas, pesquisar e planejar suas aulas.

Em relação à metodologia utilizada, participei de algumas orientações e fiquei surpresa com o comprometimento tanto do grupo como do professor. Pude perceber que os alunos aprovaram a metodologia, pois o professor ajuda seus alunos a se prepararem para os seminários deixando-os muito mais confiantes, me fazendo compreender a importância do professor no aprendizado e na construção da consciência étnico racial. No dia das apresentações os resultados não poderiam ser diferentes do que foi, mesmo nervosos, o que é quase inevitável, todos dominavam o assunto e deram uma “verdadeira” aula de cultura afro-brasileira e indígena.

Concluímos ainda, que a rede de ensino em parceria com a universidade deveria oferecer aos professores cursos de especialização em questões afrobrasileiras e indígenas, bem como adquirir livros e jogos como o mancala para as respectivas escolas trabalharem em projetos interdisciplinares. Contratar ou concursar professores de capoeira (Mestres) que possam desenvolver trabalho contínuo na escola através de projetos.

REFERÊNCIAS

BARTELMERBS, Roberta Chiesa. **A observação na pesquisa em educação: planejamento e execução.** Artigo, Metodologias de estudos e pesquisa em educação. Palotina, PR.2013.

BEZERRA, Fernando Alves. **A Capoeira como instrumento educacional.** Monografia de Graduação no Curso de Pedagogia (TCC). Universidade Federal do Tocantins – Campus de Miracema. Orientador Prof. Celso Henrique Acker; 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, e dá outras providências.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, Julho 2012.

BRASIL. Universidade Federal do Tocantins. Campus de Miracema. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC). Ementário. Miracema do Tocantins, 2018.

BRASIL. Universidade Federal do Tocantins. Campus de Miracema. **Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física (PPC).** Ementário. Miracema do Tocantins, 2018.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Racismo na História do Brasil: Mito e Realidade.** São Paulo: Editora Ática, 1995.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro.** São Paulo: Editora Ática, 1992.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações.** São Paulo: Global, 2009.

ANEXO A – LEI10.639/2003

ANEXO B – LEI11.645/2008

**ANEXO C – PLANO DE DISCIPLINA – HISTÓRIA E CULTURA
AFROBRASILEIRA E INDÍGENA (CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 2018.2)**

ANEXO

A – LEI10.639/2003

ANEXO A – LEI10.639/2003

o
LEI N 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

- o
- Altera a Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: o o

Art. 1 A Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura AfroBrasileira. o

§ 1 O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. o § 2 Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. o

§ 3 (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'." o

Art. 2 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 9 de o o janeiro de 2003; 182 da Independência e 115 da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003

ANEXO B – LEI 11.645/2008

LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena".

1. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afrobrasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 11/03/2008

Publicação:Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/3/2008, Página 1 (Publicação Original

ANEXO C - PLANO DE DISCIPLINA – “HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E INDÍGENA” (Curso de Educação Física – 2018.2)

CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - PROGRAMA DE DISCIPLINA			Disciplina:
HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA			Código: Carga
Horária			
Legal: 45h. Créditos: ___.		Carga horária a ser dada: 4. 60 h.	Créditos:
Prof: Dr. Francisco Gonçalves Filho	Email Prof.: xic@uft.edu.br		
Turmas ingressantes de Semestre: 2018.2 (11.10.2018 a 21.03. 2019). [18 encontros].	Orientação 2015, 2016, 2017 e 2018. professor: sala 36 a Noturno. Sala: Bloco (bloco Sala: _____ administrativo – 2º andar)		
Email coletivo da disciplina (turmas de educação física e de pedagogia: edculturaafro@gmail.com)			
<p>Conceito de Cultura, de Afro-Brasileira e de Indígena. Aspectos da cultura afrobrasileira e indígena no Brasil. Possibilidades práticas com este tema voltadas para a escola. A cultura corporal nas comunidades quilombolas e indígenas. 2.</p> <p>1.1. Geral: Compreender e analisar o processo de construção da história e da cultura negra e indígena no Brasil e na região considerando as diversidades histórico-culturais e suas manifestações nas relações sociais e étnico-raciais. 1.2. Específicos: Conhecer os marcos históricos, bem como os marcos legais da atualidade brasileira que orientam as ações no país contra o racismo, a discriminação e o preconceito étnico-racial que atingem diferentes povos e culturas como os negros, indígenas, imigrantes, judeus, ciganos, entre outros. Compreender os desdobramentos do processo colonizador europeu em suas relações e influências dos povos nativos (indígenas) e africanos escravizados, na história da educação e cultura afro-brasileira e indígena. Compreender os conflitos e resistências da população pobre, negra e indígena na história da educação e cultura afro-brasileira e indígena. Compreender a geografia geral e as diferentes culturas do continente africano, bem como suas influências observadas no Brasil contemporâneo.</p>			

I PARTE (OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2018)

AULA 1 – 11.10.2018 - Apresentação do professor, dos alunos (as) e da ementa do curso. Início da construção coletiva do plano.

AULA 2 – 18.10.2018 – Participação no evento afro-brasileiro, da capoeira angola de 17 a 22.10.2018 (em Palmas, Taquaruçu e Miracema (UFT, Associação Viração e no Paredão dos Biés): TOCA ANGOLA: oficinas de caxixi, oficinas de capoeira angola e rodas de capoeira e de conversa sobre a importância da capoeira para a nossa formação, bem como, sobre a mulher na capoeira.

AULA 3 – 25.10.2018 – Apresentação do plano de disciplina e organização final dos seminários e avaliação.

Orientações específicas. Apresentação dos textos para leitura na próxima aula EaD (dia 01.11.2018) e debate na aula de 08.11.2018(aula - presencial).

- Texto 1 - **A cor ou raça nas estatísticas educacionais.** SENKEVICS, Adriano Souza et all. **A cor ou raça nas estatísticas educacionais:** uma análise dos instrumentos de pesquisa do INEP. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anysio Teixeira, 2016.

- Texto 2 – Como trabalhar com “raça” em sociologia. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com “raça” em sociologia.** In Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93 – 107, jan./jun. 2003.

- Texto 3 - MUNANGA, Kabengele. Capítulo 5 - Os africanos que povoaram o Brasil e suas contribuições. In **Origens africanas do Brasil contemporâneo:** histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo, Global, 2009, p. 95.

- Texto 4 - NETTO, J. P. (org.). Introdução. Cronologia. Bibliografia. In **Marx, Karl. 1818-1883. O leitor de Marx.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 4 – 48.

AULA 4 – 01.11.2018 – AULA A DISTÂNCIA (EaD). Leitura preparatória para o Debate dos textos a ser realizado na aula do dia 08.11.2018.

- Texto 1 - **A cor ou raça nas estatísticas educacionais.** SENKEVICS, Adriano Souza et all. **A cor ou raça nas estatísticas educacionais:** uma análise dos instrumentos de pesquisa do INEP. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anysio Teixeira, 2016.

- Texto 2 – Como trabalhar com “raça” em sociologia. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com “raça” em sociologia.** In Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93 – 107, jan./jun. 2003.

- Texto 3 - MUNANGA, Kabengele. Capítulo 5 - Os africanos que povoaram o Brasil e suas contribuições. In **Origens africanas do Brasil contemporâneo:** histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo, Global, 2009, p. 92 a 95.

- - Texto 4 - NETTO, J. P. (org.). Introdução. Cronologia. Bibliografia. In **Marx, Karl. 1818-1883. O leitor de Marx.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 4 – 48.

ORIENTAÇÃO GERAL PARA TODOS OS SEMINÁRIOS: sobre a CONFECÇÃO DOS RESÚMOS; DAS SÍNTESES; DOS SLIDES; Etc.

AULA 5 –08.11.2018– Aula/Debate dos textos lidos e exercícios reflexivos:

- Texto 1 - **A cor ou raça nas estatísticas educacionais.** SENKEVICS, Adriano Souza et all. **A cor ou raça nas estatísticas educacionais:** uma análise dos instrumentos de pesquisa do INEP. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anysio Teixeira, 2016.

- Texto 2 – Como trabalhar com “raça” em sociologia. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com “raça” em sociologia**. In Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93 – 107, jan./jun. 2003.

Texto 3 - MUNANGA, Kabengele. Capítulo 5 - Os africanos que povoaram o Brasil e suas contribuições. In **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo, Global, 2009, p. 92 a 95. –

Texto 4 - NETTO, J. P. (org.). Introdução. Cronologia. Bibliografia. In **Marx, Karl. 1818-1883. O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 4 – 48.

ORIENTAÇÃO GERAL PARA TODOS OS SEMINÁRIOS: sobre a CONFECÇÃO DOS RESÚMOS; DAS SÍNTESES; DOS SLIDES; Etc.

AULA 6 – 15.11.2018 – FERIADO NACIONAL DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

(QUINTA FEIRA).

- **20.11.2018** – FERIADO MUNICIPAL DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA (TERÇA FEIRA).

□ ATIVIDADE: Acompanhar algumas das manifestações da “Consciência Negra” (LEI 10.639/2003), no local, Estado ou País e destacar os elementos de convergência e distanciamentos com os estudos realizados na disciplina.

AULA 7 – 22.11.2018– AULA A DISTÂNCIA (EaD). Leitura e exercícios reflexivos preparatórios aos seminários ou participação juntamente com os membros do NEAF/UFT Miracema (Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-brasileiros), na XI SECONE – Semana da Consciência Negra, realizada pelo NEAF da UFT de Tocantinópolis -, nos dias 21 a 24.11.2018 (quarta a sábado).

AULA 8 – 29.11.2018– AUDITÓRIO. PROJEÇÃO E DEBATE DO **FILME BESOURO**, como parte da programação da disciplina e das ATIVIDADES INTENSIVAS DA CONSCIÊNCIA NEGRA, realizadas no campus de Miracema pelo NEAF/UFT Miracema, de 26 a 29.11.2018 (segunda a quinta feira); e, II SEMINÁRIO KARL MARX 200 ANOS: no dia 28.11.2018 (quarta feira), nos períodos da manhã, tarde e noite. Obs. os dois eventos fornecerão certificados de participação durante o próprio evento. Obs. Possível roda de conversa à tarde, promovida pelo NEAF, com os capoeiras sobre os seguintes temas: história da capoeira angola, África história e cultura, participação da mulher na capoeira, entre outros. Orientação para produção da 1ª resenha crítica fílmica. Entrega na próxima aula. Orientação do grupo 1.

SEMINÁRIOS AVALIATIVOS

AULA 9 –

06.12.2018(Início dos Seminários

Avaliativos e entrega da 1ª resenha crítica fílmica): –

SEMINÁRIO 1(CAPOEIRA):

• **Texto 1** - (TCC) - BEZERRA, Fernando Alves. **A Capoeira como instrumento educacional**. Monografia de Graduação no Curso de Pedagogia (TCC).

Universidade Federal do Tocantins – Campus de Miracema. Orientador Prof. Celso Henrique Acker; 2007.

• **Texto 2** – PIRES, AntonioLiberac Cardoso Simões. **Bimba, Pastinha e Besouro de Mangangá: três personagens da capoeira baiana.** Tocantins/Goiania NEAB/Grafset, 2002.

• **Texto 3** – FERRACINI, R. **Legalidade territorial: A capoeira angola na cidade de Goiás.** Terra@Plural, Ponta Grossa, V6, n.2, p.229 – 239, jul/dez.2012.

Grupo 1: Roberval Rbemekwa, Murilo Fernandes, Alexandra Lima, Jackson Gomes, Lucileide Pereira, Romário Kruisru. Marcar orientação p/ o Grupo 2 – Dia:___ h:__.
Textos para aprofundamento e compreensão geral:

Texto 4 - MOURA, Silvia Adriane Tavares de. **Nas Palmas da Capoeira:** resistência cultural pela Chapada dos Negros em Arraias/TO (1984 a 2012). 1ª Ed. Goiânia: Kelps, 2017. p.11 a 74.

Texto 5 - COSTA, Reginaldo da Silveira (Mestre Squisito) e DOLF, Van der Schoot. **Diálogos filosóficos** – educação, aprendizado e crescimento na capoeira. 1ª edição, Gráfica da Batalha; Batalha, Portugal; 2016.

Texto 6 - SANTUGRI, Muniz Sodré. **Histórias de Mandinga e capoeiragem.** Ilustrações de Mollica. Rio de Janeiro, José Olympio, 1988.

Texto 7 - PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **A capoeira na Bahia de todos os santos** – um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890 – 1937). Tocantins/Goiania: NEAB/Grafset, 2004.

Texto 8 – SILVA, Francisco Orismidio Duarte da. **Terreirada no Cariri.** Fortaleza, Premius, 2017.

Texto 9 – SOUZA, Walce. **Capoeira – arte mágica.** Goiânia: Editora; 2016. - Filmografias para aproximação temática: a) BESOURO (92 min.); b) PASTINHA: uma vida pela capoeira (52 min) e c) MESTRE BIMBA: a capoeira iluminada. Disponíveis na internet; e, para cópia com o acadêmico Diego Alves que é um dos coordenadores do Projeto “Jogando Capoeira Angola: quebrando preconceitos”. Estes filmes e vídeos também serão projetados e debatidos conforme programação das Atividades Intensivas da Consciência Negra 2018 entre os dias 26 e 29.11.2018. Obs. Os textos do Seminário estão disponíveis na biblioteca da UFT e na Xerox. O autor do TCC (texto 1), disponibilizou a versão online poremail, bem como sua disponibilidade para falar sobre o mesmo, atualmente FERNANDO ALVES BEZERRA é mestrando do grupo de capoeira: EXPRESSÃO. Diego Alves e RosembergFerracini se disponibilizaram para falar sobre a capoeira angola e sobre nossas origens africanas.

SUGESTÃO: – **Dinâmica da aula** - canta capoeira angola e regional: breve vivência com grupo de capoeira no que se refere à música e prática da capoeira. Responsável – um ou mais capoeiristas da comunidade capoeira.

AULA 10 – 13/12/2018 -SEMINÁRIO 2 - MUNANGA, K. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações.** São Paulo: Global, 2009. **Grupo 2 – David Rodrigues, Saulo Martins, Érica da Silva, Luan Pereira, Thaynna Soares, João Paulo.** Marcar orientação p/ Grupo 2 – Dia: ____ H: ____ . Textos para apoio e aprofundamento:

- FERRACINI, R. A. L. **A África e suas representações nos livros escolares de Geografia no Brasil – 1890 – 2003.** Tese de Doutorado. USP/SP; 2012. - SANTOS, Ediany Freire dos. **História e cultura africana e afro-brasileira na obra de Kabengele Munanga: aproximações edistanciamento nos anos iniciais do ensinofundamental.** Miracema, TO, 2018. Monografia de Graduação - Universidade Federal do Tocantins –Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, Orientador: Francisco Gonçalves Filho. (TCC)

- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

- GOMES, Nilma Lino; Silva, PETRONILHA, Beatriz Gonçalves e Silva. **Experiências Étnico - Culturais para Formação de Professores.** São Paulo: Autentica Editora, 2006. - MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o racismo na escola.** 2. ed. Brasília, 2005.

- IV ECOBANTU -

<http://inzotumbansi.org/home/divulgadaprogramacaodoivecobantu-que-reunira-emsao paulo-entre-4-e-6-demaioresrepresentantesdepovos-bantu-do-continente-e-dadiasporaaficana/>

- WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual.** Ed. Trama Design. GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. S/D. Orientação do grupo 3 – data e horário:

AULA 11 – 20.12.2018 –Projeção e debate do **Filme – QUILOMBO.** Orientações para elaboração da 2ª resenha crítica fílmica. Orientações: (Grupo 3, TCC, etc). Orientação prévia do Grupo 3, do TCC da Poliana; e, finalização dos processos avaliativos de aluno em aceleração de currículo/formação).

Textos para apoio e aprofundamento (xerox e biblioteca):

- FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004).** 2.ed. São Paulo; Expressão Popular, 2012.

- MOURA, C. **História do negro brasileiro.** 2ªed. São Paulo, Editora Ática, 1992. - SCHWARTZ, Lílian. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Cia das Letras, 1993. p. 23 – 66.

- WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual**. Ed. Trama Design. GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. S/D. **Férias janeiro de 2019**

II PARTE DA DISCIPLINA (fevereiro e março de 2019)

AULA 12 – 07.02.2019-RETOMADA DAS ATIVIDADES. Retomada do plano de disciplina. Orientação dos grupos que irão apresentar os seminários. – Entrega e discussão da 2ª resenha crítica fílmica. Marcar orientação dos grupos 3, 4 e 5. Leitura para todos até a próxima aula: CARNEIRO, M. L. T. **O racismo na história do Brasil: mito e realidade**. 2ªed. São Paulo, Editora Ática, 1995.

AULA 13 –14.02.2019– SEMINÁRIO 3.

Texto 1 - CARNEIRO, M. L. T. **O racismo na história do Brasil: mito e realidade**. 2ªed. São Paulo, Editora Ática, 1995.

Texto 2 – WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual**. Ed. Trama Design. GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. S/D.

Grupo 3: João Carlos, Iara Mota, Wesley Pereira, Tiago Teixeira, Jairon Alves.
Texto para apoio e aprofundamento (biblioteca):

- FREYRE Gilberto. **Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1987. Marcar orientação do grupo 4 e 5. Dia: ___h:___.
- MOURA, C. **História do negro brasileiro**. 2ªed. São Paulo, Editora Ática, 1992. Marcar orientação Grupo 4:

Aula 14 – 21.02.2019 – SEMINÁRIO 4 - Tema: Atual ordenamento jurídico étnico-racial e as Diretrizes Curriculares Nacionais para educação étnico-racial, quilombola, etc.

- Texto 1: **BRASIL. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.
-
- Texto 2: _____. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília : Mec, 2005.
-
- Texto 3: _____. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura AfroBrasileira”**, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acessado em 20/04/2017.

- Texto 4: _____. Presidência da República. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**, e dá outras providências.
-
- Texto 5: _____. Presidência da República. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Lei nº 12.288, de 20 de junho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial**; altera as Leis nº 7.716/1989; 9.029/1995; 7347/1985; _____, e, _____, 10.778/2003. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato20072010/2010/Lei/L12288.htm Acesso em: 26 ago. 2017.
-
- Texto 6: _____. Ministério da Educação. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília: Diário Oficial da União, 21 de novembro de 2012, Seção 1, p. 26. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Parecer Homologado Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 20/11/2012, Seção 1, p. 8. **Grupo 4: Bruno Oliveira, Mateus Pereira, Maicon da Silva, Mauricio Pereira, Gênesis Reis.**

Textos para apoio e aprofundamento:

- **BRASIL.** Câmara dos Deputados. Homenagem às religiões Afro – Brasileiras. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.
-
- **BRASIL.** Ministério da Educação. Educação anti - racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília, 2005.
-
- BRASIL.** Revista de informações legislativas; Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília, a.52, n.208, out./dez. 2015; p. 149 – 166.
- BRASIL.** Ministério da Educação. Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/03. Nilma Lino Gomes (org). Brasília, MEC, UNESCO, 2012. p. 7- 48.
- MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília, 2005.
(livro na biblioteca).
- SANTOS, Sales Augusto dos (org). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, 2005.
- WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual**. Ed. Trama Design. GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. S/D.

Marcar orientação com Grupo 5: _____.

AULA 15 – 28.02.2019– SEMINÁRIO 5 (História, Educação e Cultura Indígena – OS AKWÊ-XERENTE):

– Textos 1 - SAMURU XERENTE, Antônio. Educação tradicional e educação escolar indígena atual dos Akwe-Xerente. In MACHADO, Márcia. **Culturas e história dos povos indígenas: formação, direitos e conhecimento antropológico.**

Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. Pág. 9 – 37.

_Texto 2 – CINCO IDÉIAS EQUIVOCADAS SOBRE OS ÍNDIOS (Prof. UERJ – José Ribamar Bessa Freire)⁴

Texto 3 - LIMA, LayannaGiordana Bernardo. **Os Akwê–Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais.**/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana LayannaGiordana Bernardo

Lima; orientador Ariovaldo Umbelino de Oliveira. - São Paulo, 2016. Tese (Doutorado).Convite para participação na aula para Prof. Dra. LayannaGiordana. **Grupo 5 – Alaize Vieira, Iracema Araújo, Maria Marta, Raquel Silva, Marcus Vinicius.**

Textos para aprofundamento:

-
- **BRASIL.** Presidência da República. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, e dá outras providências.

- MACHADO, Márcia. **Culturas e história dos povos indígenas: formação, direitos e conhecimento antropológico.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

– WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual.** Ed. Trama Design. GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. S/D. Marcar orientação com Grupo 6:

Aula 16 – 07.03.2019. SEMINÁRIO 6 – JOGOS NA EDUCAÇÃO: História, filosofia, valores, prática e possíveis ensinamentos e aprendizagens étnico-raciais:

- a) **O MANCALA: UM JOGO DE ORIGEM AFRICANA**
b) **O XADREZ: UM JOGO DE ORIGEM INDIANA**

➤ Texto 1 - PEREIRA, Rinaldo Pevidor; CUNHA JUNIOR, Henrique. **Mancala: o jogo africano no ensino da matemática.** 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2016. p. 09 – 34; 89 – 182; e referências (213 – 224).

➤

➤ **Texto 2 - SANTOS, P. S. dos. O que é Xadrez.** São Paulo, Brasiliense, 2007. Grupo 6 – Alderise Pereira, Valmir Barboza, Lucas Glória, Leandro Costa Textos para pesquisa e aprofundamentos:

Livro 3 – BRASERO, J. L. **Xadrez para crianças.** Tradução de Eunice R. Feital. Ilustrações de G. Marí e C. Campañá. Editora Ao Livro Técnico, 1975.

Texto 4 – FONTARNAU, A. S. **O ensino de xadrez na escola**. Tradução Abrão Aspis. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2003. p. 2 a 72.

Texto 5 – TCC: CARNEIRO, José de Ribamar. **O Jogo de xadrez e o desenvolvimento cognitivo infantil**: um estudo a partir de sua ocorrência nos anos iniciais do ensino fundamental/ José de Ribamar Carneiro; TCC – UFT/Campus de Tocantinópolis. Orientador: Prof. Msc. Francisco Gonçalves Filho e Co-orientação de Rosimar

Locatelli.____ Tocantinópolis- TO. 2014.

Texto 6 – TCC: MARTINS, Marlon Rafael Teles. **O Jogo de Xadrez como instrumento pedagógico**. TCC – UFT/Campus de Tocantinópolis. Orientador: Prof. Dr. Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo. Tocantinópolis – TO; 2018.

Texto 7 - PEREIRA, Rinaldo Pevidor; CUNHA JUNIOR, Henrique. **Mancala: o jogo africano no ensino da matemática**. 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2016.

Aula 17 – 14.03.2019 - PRODUÇÃO TEXTUAL E AUTOAVALIAÇÃO - Autoavaliação e Avaliação da disciplina e do ensino/professor. – Balanço coletivo dos estudos realizados. Exposição final das experiências durante a disciplina.

Aula 18 – 21.03.2018 – O significado do dia 21.03 para as questões étnico-raciais. Possível defesa de TCC de Poliana Salgado sobre a disciplina realizada. Confraternização de encerramento da disciplina e defesa do TCC.

4.1 Aulas participativas e com diálogos realizados a partir de um texto, e ou livro, música, dança: previamente definida. Debates buscando distintas posições e a interpretação com maior coerência no entendimento da questão. Sistematização escrita através de resumo, síntese, resenha crítica filmica e produção textual.

4.2 A avaliação consiste numa construção que implicará:

- Assiduidade nas aulas e nas orientações coletivas, nas atividades extraclasse, participação e envolvimento com as leituras e debates.
- Entrega das sistematizações ou registros dos materiais de leitura solicitados no decorrer das aulas – Resumo da obra do Seminário (em uma página, para toda a sala) e Síntese geral do trabalho apresentado no Seminário e entregue sistematizado para o professor. Envio: por email, axic@uft.edu.br das Resenhas Críticas Filmicas nas datas solicitadas - assunto do email deve ser colocado Resenha afro e seu primeiro nome.
- Produção individual e coletiva: leitura analítica de textos indicados, considerando a compreensão e exposição do conteúdo, assim como apresentação técnica/estética do material produzido.
- Produção individual de texto dissertativo.
- Seminários – (leitura, debate e preparação nos grupos,
-
- **ORIENTAÇÃO OBRIGATÓRIA COLETIVA COM O PROFESSOR**, e apresentação em sala de aula).
- Autoavaliação e avaliação da disciplinar/professor.

• Critérios para atribuição da nota: **Seminário – 3,0 (compreende reuniões do grupo em si, a orientação com o professor previamente agendado demonstrando leitura completa das obras a serem apresentadas e reflexão sobre a mesma, e a apresentação em sala). Dissertação - 3,0 (produção textual); as resenhas críticas 2,0; e a auto-avaliação junto com o relato da aulacampo: 2,0. Total: 10,0.52**

5.1. Básica:

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

5.2. Complementar:

– BEZERRA, Fernando Alves. **A Capoeira como instrumento educacional**. Monografia de Graduação no Curso de Pedagogia (TCC). Universidade Federal do Tocantins – Campus de Miracema. Orientador Prof. Celso Henrique Acker; 2007.

- **BRASIL**. Câmara dos Deputados. Homenagem às religiões Afro – Brasileiras. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

-

- **BRASIL**. Ministério da Educação. Educação anti - racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília, 2005.

-

BRASIL. Revista de informações legislativas; Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília, a.52, n.208, out./dez. 2015; p. 149 – 166.

-**BRASIL**. Ministério da Educação. Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/03. Nilma Lino Gomes (org). Brasília, MEC, UNESCO, 2012. p. 7- 48.

-**BRASIL**, Ministério da educação e cultura. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Brasília :Mec, 2005.

- CARNEIRO, M. L. T. **O racismo na história do Brasil: mito e realidade**. 2ªed. São Paulo, Editora Ática, 1995.

- CENTRO de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. **Políticas de promoção da igualdade racial na educação**. São Paulo: CEERT, 2005. - DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani; 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DAVIS, Angela: reverberações de seu pensamento em movimentos negros, feministas e acadêmicos no Brasil p. 24 a 27; e 28 a 39. **Revista Cult** (outubro 2016).
-
- DAVIS, Ângela. Sobre as mulheres e a busca por igualdade e paz. In **Mulheres, cultura e política**. Tradução Heci Regina Candiani; 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 4 – 85.
-
- FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004)**. 2.ed. São Paulo; Expressão Popular, 2012.
-
- GOMES, Nilma Lino; Silva, PETRONILHA, Beatriz Gonçalves e Silva. **Experiências Étnico - Culturais para Formação de Professores**. São Paulo : 53 Autentica Editora, 2006.
-
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.
-
- LIMA, LayannaGiordana Bernardo. **Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais**. / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana LayannaGiordana Bernardo Lima; orientador Ariovaldo Umbelino de Oliveira. - São Paulo, 2016. Tese (Doutorado).
-
- MARCHERI, Pedro Lima; ÁLVARES, Sílvio Carlos. A epistemologia do racismo no Brasil. In PAIXÃO, Marcelo. J. P. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. São Paulo: DP&A, 2006. (Col. Políticas da Cor).
-
- MOURA, C. **História do negro brasileiro**. 2ªed. São Paulo, Editora Ática, 1992. - MUNANGA, K. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.
-
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
-
- MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília, 2005.
-
- PIRES, AntonioLiberac Cardoso Simões. **Bimba, Pastinha e Besouro de Mangangá: três personagens da capoeira baiana**. Tocantins/Goiania NEAB/Grafset, 2002.

- PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **A capoeira na Bahia de todos os santos** – um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890 – 1937). Tocantins/Goiânia: NEAB/Grafset, 2004.

- RAMOS, Lázaro. **Na minha Pele**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.
SANTOS, Sales Augusto dos (org). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**.
Brasília, 2005.

- SANTUGRI, Muniz Sodré. **Histórias de Mandinga e capoeiragem**.
Ilustrações de Mollica. Rio de Janeiro, José Olympio, 1988.

UFT - Miracema, 31.10.2018
Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho

xic@uft.edu.br